



Ásia: Neste ano do dragão, a Ásia viverá uma consolidação do processo de recuperação económica – nomeadamente no Japão – e um reforço das transições democráticas. Atenção, no entanto, às questões de segurança regional, sobretudo a Taiwan, Indonésia e Índia-Paquistão. Poderá ser retomada a corrida aos armamentos.

O acordar do dragão?

Miguel Santos Neves

Os frágeis sinais de recuperação económica já visíveis na Ásia em 1999 deverão consolidar-se no decurso do próximo ano dando início a uma nova fase de crescimento económico sustentado, embora menos robusto. As previsões económicas quer do FMI (menos optimistas), quer da OCDE (ver quadro) apontam para um cenário virtuoso caracterizado por taxas de crescimento acima dos 2,5% para a generalidade dos países, por níveis de inflação baixos (inferiores a 6%) e por superávits nas balanças de transacções correntes. Esta recuperação será, no entanto, menos significativa do que aparenta, já que ela se segue a dois anos de recessão, pelo que o crescimento se processa a partir de uma base muito baixa, e não terá ainda efeitos significativos em termos da redução dos níveis de desemprego e de pobreza.

A maior novidade na Ásia será a confirmação da recuperação económica do Japão, depois de mais de uma década de estagnação, prevendo-se um crescimento económico entre 1,5% e 2% que confirma os surpreendentes resultados de 1999 e o relançamento, lento mas seguro, da “locomotiva asiática” com efeitos positivos para a recuperação das economias da região. A conclusão do debate sobre a remilitarização, impulsionado pelo lançamento por parte da Coreia do Norte de um míssil sobre o território japonês, em 1998, poderá ser a outra novidade fundamental, mas com efeitos de sinal contrário, já que gerará forte ansiedade e tensões em toda a Ásia.

A China entra no ano do dragão reforçada no plano externo em resultado da reunificação de Macau e da garantia dos EUA de viabilização da admissão na Organização Mundial do Comércio (OMC). Este duplo trunfo contribui para o reforço da ala reformista liderada por Zhu Rongji, a

qual tem estado sob forte pressão e em perda. A adesão da China à OMC, a concretizar-se em 2000, cria uma oportunidade única para o relançamento das reformas económicas, legais e judiciais, justificadas pela necessidade de cumprimento dos novos compromissos internacionais. O yuan poderá vir finalmente a sofrer uma desvalorização, para garantir alguma reanimação da economia, o que terá um impacto negativo nas economias da região.

No plano interno prevê-se um ano difícil com a redução da taxa de crescimento económico para um nível próximo dos 6%. Esta manutenção do ciclo de desaceleração económica tem evidentes consequências políticas ao debilitar a principal base de legitimação do regime, já em dificuldades para controlar o fenómeno Falun Gong, e ao reduzir a capacidade de absorção do crescente desemprego, principal factor de instabilidade social nos últimos dois anos.

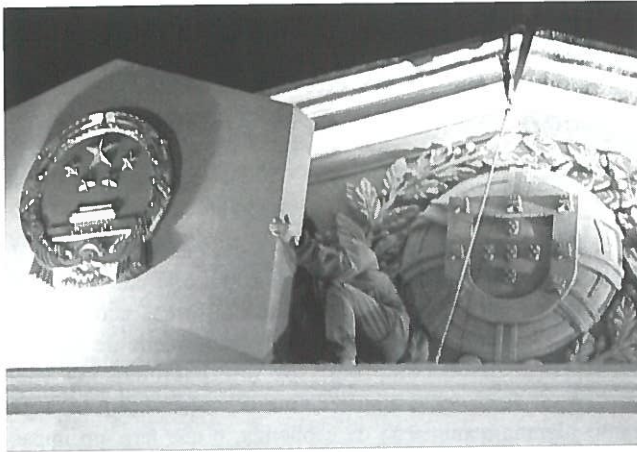
Pressão sobre Taiwan

As relações no estreito de Taiwan poderão conhecer em 2000 um novo momento de alta tensão semelhante ao de 1996. Concluída a reunificação de Macau, Pequim tenderá a aumentar ainda mais a pressão sobre Taiwan para um avanço rápido do processo de reunificação e a aceitação do modelo “um país, dois sistemas”.

Por seu turno, as eleições presidenciais de Março de 2000, que poderão ser ganhas pela primeira vez por um candidato não apoiado pelo Kuomintang, criam uma incerteza adicional. O seu resultado poderá levar Pequim a apostar novamente numa estratégia de dramatização tendente a criar um clima de pressão que leve o novo presidente a aceitar sentar-se à mesa das negociações, interrompidas desde 1995, e a abandonar a estratégia da manutenção do *status quo* até agora adoptada por Taipé.

Relativamente às duas regiões administrativas especiais, o ano 2000 reveste-se de particular relevância. Para Macau será o primeiro ano de experiência do funcionamento do modelo “um país, dois sistemas” e constituirá o verdadeiro teste quer à qualidade e consistência do trabalho realizado por Portugal de preparação das bases de autonomia do “segundo sistema”, quer à determinação da China de respeitar os compromissos assumidos; 2000 será decisivo para se perceber se Macau tenderá a convergir com Hong Kong, nomeadamente no domínio político, na garantia dos direitos e liberdades

O conflito Índia-Paquistão poderá voltar a reacender-se dada a natureza do novo regime paquistanês e a tentação de usar o conflito com a Índia para iludir os crescentes problemas internos.



fundamentais e no aprofundamento do processo democrático, aspecto central no discurso do presidente Jorge Sampaio durante a cerimónia de transferência, ou se, pelo contrário, emergirá como um terceiro sistema com padrões e *standards* mais baixos numa posição intermédia entre a RPC e HK.

No plano interno, o primeiro ano de vida da RAE de Macau poderá ser marcado por alguma tensão e o medir de forças entre duas tendências, ambas próximas de Pequim e de interesses empresariais, a ala reformista liderada por Edmund Ho e a ala mais conservadora tradicional de Macau (que se sentiu preterida na formação do Governo), o que se poderá traduzir numa tensão inédita entre o Governo e a Assembleia Legislativa, conferindo maior dinamismo ao sistema político.

No plano económico, 2000 será marcado por uma ténue recuperação económica com uma taxa que não deverá exceder 2%, invertendo o ciclo negativo iniciado em 1995, e pelo início do debate sobre a renovação da licença do jogo em 2001, o qual poderá vir a pôr em causa pela primeira vez a manutenção do sistema de monopólio e a ponderar, em alternativa, a introdução de alguma concorrência.

No plano externo, terá lugar a primeira ronda de visitas internacionais do chefe do Executivo, que deverá ocorrer durante o primeiro semestre e incluir um périplo pela Europa, cujo sucesso será crucial para o reforço da visibilidade internacional de Macau e para o lançamento de uma nova dinâmica de relações externas.

Em Hong Kong, 2000 será o ano da recuperação económica, prevendo-se uma taxa de crescimento da ordem dos 4%, mas também um momento significativo do ponto de vista político com um avanço, ainda que limitado, do processo de democratização. As eleições legislativas de Maio serão marcadas pelo aumento do

número de lugares eleitos por sufrágio directo e universal para 24, à custa da redução do número de deputados designados pelo Comité eleitoral. Esta alteração deverá contribuir para reforçar a influência de Martin Lee e do campo democrático, já que poderão ganhar três dos quatro novos lugares.

Mais democracia

O reforço do processo de democratização na Ásia será um traço marcante do próximo ano, embora coexistam tendências contraditórias. Por um lado, o processo democrático na Indonésia deverá consolidar-se, para o que contribuirá a retoma do crescimento económico bem como a concretização de um processo equilibrado de reforma constitucional, em particular as alterações relacionadas com o reforço dos poderes do Parlamento, a descentralização do Estado e a definição do papel das Forças Armadas. O sucesso do processo (em articulação com a boa *performance* da Coreia do Sul, de Taiwan e das Filipinas) terá um efeito de demonstração na região, provando que a transição não significa o caos e que a democracia é compatível com o crescimento económico. Por outro lado, inverte a relação de forças dentro da ASEAN reforçando o grupo democrático, que será a breve prazo, espera-se, também integrado por Timor-Leste.

Em sentido inverso, a recuperação económica em 2000 tende a reduzir no curto prazo a pressão para a introdução de reformas democráticas que a crise asiática criou. Contudo, apesar de não ser previsível que se iniciem em 2000 processos de transição democrática na Malásia ou em Singapura, dificilmente tudo ficará na mesma e os respectivos regimes autoritários, face ao efeito Indonésia e a um crescente isolamento, poderão ver-se forçados a introduzir medidas de liberalização política. A nova conjuntura já teve repercussões nas recentes eleições legislativas na Malásia, onde, apesar da vitória de Mahathir, a Oposição conseguiu reforçar a sua posição.

No plano da segurança, o ano 2000 será muito provavelmente marcado por um aumento das tensões regio-

As economias asiáticas no ano 2000

	População (milhões hab)*	Crescimento do PIB (em %)		Bal. Transacções Correntes (% PIB)		Inflação (em %)	
		FMI	OCDE	OCDE	FMI	OCDE	
China	1,266.5	6,0	6,8	1,5	1,5	2,5	
Coreia do Sul	47,3	5,5	6,1	2,3	2,8	2,7	
Filipinas	78,4	3,5	4,5	1,8	6,0	8,4	
Hong Kong	7,1	3,6	4,0	-0,2	1,0	4,2	
Indonésia	209,7	2,6	3,0	2,6	5,6	7,1	
Japão	127,4	1,5	**1,4	**2,8	0,1	**0,5	
Malásia	22,4	6,5	3,5	7,6	2,4	5,2	
Singapura	3,3	5,0	8,4	—	0,6	1,4	

** OCDE, "Perspectives Économiques", Decembre 1999

Fonte: *The Economist Intelligence Unit, The World in Figures / OCDE, "Perspectives Économiques", Juin 1999
FMI, The World Economic Outlook Database, September 1999

nais. Na Ásia Oriental elas decorrem do aumento de crise no estreito de Taiwan, que voltará a dificultar as relações da China com o Japão e os EUA, do reacender das disputas territoriais no mar do Sul da China, na sequência da recusa da China em aceitar um código de conduta na abordagem do problema das Spratlys proposto pela ASEAN, da eventual decisão do Japão de iniciar a remilitarização por forma a consolidar a sua defesa e até do agravamento dos problemas de Ache e Irian Jaya que, para além das repercussões internas na Indonésia, poderão provocar também alguma instabilidade regional.

Na Ásia do Sul, o conflito Índia-Paquistão poderá voltar a reacender-se e conhecer novos desenvolvimentos, dada a natureza do novo regime paquistanês e a tentação de usar o conflito com a Índia para iludir os crescentes problemas internos. Não é de excluir que venham a ocorrer

novos testes nucleares, sobretudo num contexto em que os dois beligerantes se sentem encorajados pela recente decisão do Senado norte-americano de não ratificar o tratado relativo à proibição de testes nucleares.

Por outro lado, importa sublinhar que a recuperação económica poderá vir a contribuir também para que seja retomada a corrida aos armamentos que tem caracterizado a Ásia Oriental desde o fim da Guerra Fria e que foi de alguma forma suspensa durante a crise, desviando recursos necessários ao investimento produtivo e fragilizando o próprio processo de recuperação económica.

A degradação da situação de segurança regional constituirá, sem dúvida, a principal ameaça à recuperação económica, podendo pôr parcialmente em causa as previsões económicas positivas. Embora o dragão esteja de facto a acordar, existe o risco de ser vítima da sua própria fogueira. ■

Cultura Política em Macau

Cláudia Pedra

Tradicionalmente, os cidadãos de Macau são vistos como politicamente “passivos”, característica que tende a ser acentuada pela cristalização do sistema político.

Procurando testar esta concepção, o Dr. Herbert S. Yee*, no seu recente estudo sobre *Mass Political Culture in Macau: Continuity and Change*, analisa quantitativa e qualitativamente o resultado de dois inquéritos, realizados em 1991 e 1999, sobre a cultura política dos habitantes de Macau.

A principal conclusão do estudo é que a cultura política de Macau, apesar dos elementos de continuidade, sofreu uma significativa mudança, tendo registado um enorme salto qualitativo na década de 90. Um dos aspectos mais importantes desta mudança foi a alteração do conceito dominante de democracia. Assim se explica que, no início da década, 30% da população considerasse que um Governo democrático era aquele que “respeitava a opinião pública e zelava pelos interesses do cidadão” e agora 32,3% consideram que é aquele que é “eleito pelos cidadãos”. (ver Tabela.)

Segundo o autor, o crescente descontentamento popular com o Governo de Macau criou uma necessidade de legitimação do Governo da Região Administrativa Especial. Essa crescente importância da eleição com participação popular está intimamente ligada ao equilíbrio entre os tradicionais valores asiáticos e à abertura aos ideais ocidentais, com a sua inerente noção de democracia. E já se traduziu numa crescente participação nas três eleições legislativas que tiveram lugar nesta década.

Os factores fundamentais que explicam estas mudanças estão associados à melhoria do nível educativo, ao efeito de demonstração de Hong Kong, à consciencialização dos direitos individuais, e ao alargamento dos períodos médios de residência da população. Relativamente ao futuro, o autor prevê que os cidadãos de Macau tenderão a ser politicamente mais activos e a questionar o papel de mediação política que os líderes tradicionais da comunidade chinesa têm vindo a exercer. Setenta e cinco por cento dos inquiridos em 1999 acreditam que a democracia é um sistema desejável para Macau, embora prevejam que a introdução de partidos políticos em Macau possa demorar ainda mais uma década. ■

* O Dr. Herbert S. Yee é professor associado e regente da cadeira de Estudos Chineses na Faculty of Social Sciences, da Hong Kong Baptist University. A sua publicação mais recente é *The Political Culture of China's University Students* (Nova Iorque: Nova Science Publisher, 1999)

Concepções de Democracia em Macau

(em percentagem)

Questão: O que é um Governo Democrático?

Respostas

Um Governo que :

	1991 (N=663)	1999 (N=496)
1 - Respeite a Opinião Pública e zele pelos interesses dos cidadãos	30	26
2 - Respeite a liberdade de expressão	21,2	22,9
3 - Seja eleito pelos cidadãos	9,6	32,3
4 - Seja justo e incorrupto	8,1	10,9
5 - Respeite a lei	4,8	3,4
6 - Seja eficiente	4,8	0,9
7 - Esteja estruturado segundo os princípios de "equilíbrio e vigilância" entre o poder executivo, legislativo e judicial	3	1,7
8 - Respeite a transparência no processo de decisão	-	10
9 - Seja responsável	-	2,9
10 - Respeite os direitos humanos	-	2
11 - Outros	13,3	18,5
12 - Não sabe/não responde	39,6	34,5

Fonte: Yee, Herbert. "Mass Political Culture in Macau: Continuity and Change", in *Issues and Studies*, 35, nº2, (March/April 1999), pp. 174-197 (Table 4).